

## Desenvolvimento & Crescimento Econômico

Nilson Pimentel (\*)

21/04/2017

Algumas vezes se tem a compreensão da realidade estudando as ocorrências havidas no passado recente, haja vista que o foco está estritamente centrado no futuro, pois será lá que a sociedade irá viver.

Foi com esse enfoque que começamos uma palestra recentemente em uma Instituição de Ensino Superior em Manaus para profissionais que estão em curso de pós-graduação, para então tratarmos sobre a importância do desenvolvimento econômico regional para o Amazonas e sua população.

Todos sabem da importância da pesquisa científica sobre fatores naturais que a região Amazônica detém principalmente aqueles que têm influência de causação em outras regiões do Brasil e do mundo, notadamente as climáticas.

Pois, se não chega a ser consenso, mas se entendem que os estudos e pesquisas científicas são capazes de produzir mais conhecimentos ou alargar os entendimentos da sociedade sobre determinadas áreas da atividades humana na vastidão da Amazônia e de seu bioma.

Os fatores naturais que se conhece no Amazonas possuem potencial de aproveitamento econômico que possibilitam sua exploração racional em atividades economicamente produtivas desde há muito tempo.

Daí que os economistas do Clube de Economia da Amazônia (CEA) defendem a proposição da política pública de desenvolvimento regional no que se refere aos Incentivos Fiscais do ICMS, como instrumento primordial à alavancagem da economia de base endógena do Amazonas.

Assim, comendo com a Política Industrial do Amazonas, como aqueles especialistas tratam a Política dos Incentivos Fiscais do ICMS voltados à indústria dinâmica do Polo Industrial de Manaus (PIM), como um dos eixos da política de desenvolvimento regional local, a difusão e inovação de conhecimentos direcionados às práticas produtivas de aproveitamento e processamento daquelas matérias primas regionais, das cadeias produtivas locais e à cadeia de valor de seus possíveis produtos, o que tenha possibilidades e exequibilidade econômica e que já são comprovadas no caso de algumas iniciativas associadas a territórios com dinâmicas produtivas e níveis de desenvolvimento diferentes, como se apresentam os municípios que compõem as nove sub-regiões do estado do Amazonas.

Tendo como cerne principal da discussão que o desenvolvimento econômico regional endógeno seja um sistema produtivo que utilize o potencial econômico dos recursos naturais existentes nos espaços territoriais mediante investimentos realizados pelos agentes públicos, governo estadual e prefeituras municipais, ou resultantes de atração de investimentos externos, estrangeiros ou nacionais, torna-se necessárias que políticas públicas específicas, claras e direcionadas a implementação de programas e projetos sejam analisados e elaborados em relação aos conhecimentos econômicos, geopolíticos, locais de cada sub-região do Amazonas que seja possível de intervenção.

Como discutem os especialistas do CEA, o desenvolvimento econômico regional endógeno leva em consideração

os efeitos da atuação do agente público governo estadual em ações infraestruturais que possibilitem a sustentação e apoio de programas e projetos de desenvolvimento econômico em espaços territoriais em estagnação econômica ou atrasadas.

Por outro lado, são processos de desenvolvimento econômico de caráter autocentrado implementados de baixo para cima, no qual o envolvimento de agentes e de atores regionais locais seja primordial que aconteça.

Também, se propõem atender demandas da sociedade local, através da participação ativa da comunidade envolvida, com o objetivo de buscar o bem estar econômico, social, cultural com adequado manejo do meio ambiente para a comunidade local em seu conjunto e, não somente o desejo político do mandatário estadual.

E, acima de disso, como decorre de discussões entre economistas frisam que processos de desenvolvimento econômico de base endógena devem influenciar os aspectos produtivos em geral (agrícolas, industriais e de serviços), essa é uma estratégia de desenvolvimento que procura atuar sobre as dimensões sociais e culturais que afetam o bem estar da sociedade local, respeitando as características e capacidades de cada sociedade e suas possíveis economias.

De forma geral, os economistas do CEA, se propõem a discussão de determinados objetivos a serem alcançados nesses processos de desenvolvimento econômico endógeno:

- a) Aumentar a produtividade e a competitividade do novo sistema produtivo a ser implementado;
- b) Melhorar a distribuição de renda local, superando os desequilíbrios através do fomento do espaço territorial local com potencialidades de desenvolvimento competitivo;
- c) Conservar e preservar os recursos naturais e o patrimônio histórico cultural local;
- d) Organizar os agentes econômicos e atores locais, de forma que possam aproveitar os potenciais de desenvolvimento existentes em seu próprio território;
- e) Melhorar a capacitação do capital intelectual local;
- f) Identificar e estabelecer fluxos econômicos mais eficientes intra e inter sub-regionais.

Uma das principais características do desenvolvimento endógeno é que parte de suas atividades e ações locais se propõe a atuar sobre os fatores determinantes do processo de acumulação de capital regional local.

Dentro desses processos, há reais possibilidades de que os agentes e atores municipais locais possam introduzir outros temas e demandas como objeto de política pública local, como melhoria na qualificação da mão de obra, o combate ao desemprego e à pobreza, além de melhorias nos serviços urbanos (água, luz, esgoto, saneamento, transporte, moradia em sentido amplo) e outros serviços de âmbito local (saúde e educação).

Nesse sentido, os pesquisadores do CEA, colocam em discussão as questões de política econômica e política social, quanto ao papel a ser desempenhado por instâncias de governos envolvidos.

Pois, entende ser de máxima importância a discussão do papel dos municípios na promoção do desenvolvimento econômico regional que leve ao crescimento de suas responsabilidades em relação às iniciativas voltadas para a melhoria das condições de vida da sociedade local e à busca de soluções dos problemas econômicos, sociais e ambientais e, enfim, da gestão pública local.

Assim, há a necessidade do nível local (Agente Municipal) desempenhar um novo papel, vinculado ao desenvolvimento econômico e social, em que são solicitadas a encontrar soluções para os problemas do município, aumentando assim, as possibilidades dos munícipes em atuar em processos de desenvolvimento econômico regional endógeno, por força da escassez de recursos e do ajustamento econômico, a execução de programas de financiamentos e de assistência técnica aos programas e projetos locais.

Levando-se em consideração que a ausência das outras duas instâncias de poder superiores torna-se prejudicial às sociedades municipais locais, de forma que a cooperação intergovernamental seja necessária para o enfrentamento de várias questões de desenvolvimento econômico local de difícil solução por parte das municipalidades.

**(\*) Economista, engenheiro, administrador, Mestre em Economia e Doutor em Economia, Pesquisador, Consultor Empresarial e Professor Universitário: nilsonpimentel@uol.com.br.**